

**BLOWIN' IN THE WIND:
E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil***

*Silvia Hunold Lara***

Pode parecer estranho associar um historiador que se dedicou a estudar a sociedade inglesa do século XVIII com a experiência negra no Brasil. Que relação poderia haver entre estudos sobre a formação da classe operária inglesa, as relações *gentry*-plebe ou as leis e o direito na sociedade inglesa setecentista, e a escravidão africana, o processo da abolição e a história dos negros depois da emancipação no Brasil? Aparentemente, nenhuma: em termos cronológicos a coincidência é um tanto reduzida e, do ponto de vista temático, há bem poucos elementos em comum. Alguém, com um fino sorriso de ironia nos lábios, poderia ir logo dizendo que os negros da floresta de Windsor¹ nada têm a ver com os africanos escravizados na América e nem a venda de esposas² pode se assemelhar ao comércio de escravos...

Um caminho possível seria partir das relações entre Brasil e Inglaterra e lembrar de alguns ingleses investindo seu capital no tráfico negreiro ou, depois, pressionando para que tanto este comércio quanto a própria escravidão terminassem, mas isto está bem distante dos temas thompsonianos da história operária, de multidões amotinadas ou de caçadores das florestas. Poderíamos também buscar algumas respostas localizando, nas obras de Thompson, referências às Américas ou ao Brasil, em particular à história da escravidão africana. Entretanto, a ausência de relações entre a experiência dos escravos afro-americanos e a formação da classe operária inglesa,

* As reflexões deste texto fazem parte de uma pesquisa em andamento, financiada pelo CNPq.

** Departamento de História da Unicamp.

1 Cf. Thompson, E. P. *Senhores e caçadores. A origem da lei negra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 (1ª ed. ingl. 1975).

2 Cf. Thompson, E. P. "Folklore, anthropology and social history", *Indian Historical Review*, 3(2):247-66 (jan. 1978), e, mais recentemente, "The sale of wives". In: *Customs in common*. Londres, The Merlin Press, 1991, pp. 404-66.

em um dos primeiros livros de Thompson, já foi tema de um instigante artigo de Peter Linebaugh.³

Partindo do silêncio thompsoniano quanto ao modo de transmissão das tradições oposicionistas e democráticas do povo inglês ao longo dos séculos XVII e XVIII e de uma crítica ao viés economicista e europeizante da interpretação de Hobsbawm sobre a crise do século XVII, Linebaugh procurou analisar os vínculos entre Europa, África e América naquele período. Em “Todas as montanhas atlânticas estremeçeram”, este autor desenvolveu a tese de que as tradições antinômicas dos debates de Putney foram conservadas pelos “pobres”⁴ ingleses e dispersaram-se pela América com os exilados políticos, criminosos deportados e trabalhadores com obrigação de serviços. Nas colônias inglesas e no Caribe juntaram-se aos africanos escravizados em suas lutas pela liberdade e aliaram-se a piratas e corsários: no final do século XVII e durante a primeira metade do XVIII esta tradição se internacionalizou, ganhando tons de uma ideologia anti-escravista e libertária.

Tal como um bumerangue, navegando pelo Atlântico, estas tradições aportaram novamente em Londres engrossando o movimento abolicionista na Inglaterra e contribuindo para a formação da classe operária inglesa. Linebaugh chega até mesmo a acusar Thompson de não ter prestado suficiente atenção à presença de homens como Equiano e Cugoano e de ideais anti-escravistas ou abolicionistas na história intelectual do radicalismo da classe operária inglesa em sua obra: “Foi Equiano (...) um nigeriano e ex-escravo afro-americano que possibilitou a ligação histórica celebrada por Thompson no início de A formação da classe operária inglesa”.⁵

A proposta de Linebaugh pode até nos chamar a atenção para outros indícios semelhantes em uma releitura desta obra de Thompson. Mas este não é um bom caminho a seguir: encontramos relações entre ingleses e africanos escravos ou ex-escravos do Caribe ou das colônias inglesas no Caribe, mas nada que nos ajude a pensar a relação entre Thompson e a experiência negra *no Brasil*.

3 Linebaugh, Peter. “Todas as montanhas atlânticas estremeçeram”, *Revista Brasileira de História*, 6:7-46, set. 1983. Ensaio originalmente publicado em *Labour/Le Travailleur*, 10, 1982. A este respeito, vide também o debate entre Robert Sweeny e P. Linebaugh publicado em *Labour/Le Travailleur*, 14, 1984, e traduzido na *Revista Brasileira de História*, 16:205-31, mar.-ago. 1988.

4 O termo é do próprio Linebaugh, inspirado em Christopher Hill, “Parliament and people in the seventeenth-century England”, *Past & Present*, 92:100-24, ago. 1981.

5 Linebaugh, Peter. “Réplica”, *Revista Brasileira de História*, 16:230, 1988.

Em um artigo que explora as relações entre classe e cultura plebéia para a análise da sociedade inglesa do século XVIII,⁶ encontramos no entanto uma referência direta à escravidão no Brasil. Ao discutir as implicações do uso do termo paternalismo para a caracterização de uma sociedade, Thompson propõe o exame comparativo de duas descrições referentes aos grandes proprietários de terras do século XVIII: uma sobre a aristocracia, ou a grande *gentry* inglesa, e outra sobre os donos de escravos do Brasil colonial.⁷

Estamos, portanto, diante de uma boa pista: há indícios explícitos de uma equiparação entre a sociedade inglesa do século XVIII e o mundo colonial português no mesmo período. O vínculo direto e imediato oferecido pela citação referente ao Brasil esconde um problema, já que Thompson afirma que tais descrições poderiam aplicar-se também a patrícios romanos, grandes fazendeiros da Virgínia ou a grandes proprietários de terras em qualquer sociedade na qual a autoridade econômica, social e judicial estivesse unificada em um só ponto. A aproximação entre as duas sociedades é, pois, apenas aparente. Podemos, no entanto, aproveitar a deixa e ir além das aparências.

No artigo, esta comparação é um dos recursos utilizados pelo autor para construir o argumento central do texto, que rejeita a utilização de termos demasiadamente genéricos e imprecisos (como “feudal”, “capitalista” ou “patriarcal”) e, ao mesmo tempo, recupera a operacionalidade analítica do termo “paternalismo” para o estudo da luta de classes na sociedade inglesa setecentista. Mais que isto, este artigo, publicado em 1978, completa a análise iniciada em 1974 em “Patrician society, plebeian culture”⁸ que procura demolir a análise tradicional da sociedade inglesa do século XVIII como uma sociedade consensual, de uma só classe. Nestes dois ensaios, a reciprocidade *gentry*-plebe e o equilíbrio estrutural da relação *gentry*-multidão foram analisados a partir dos conceitos de luta de classes e de hegemonia.

É exatamente aqui que encontramos a possibilidade de convergências entre as interpretações históricas de Thompson e a historiografia sobre a experiência negra no Brasil: tal como na Inglaterra, também aqui há historiadores que consideram os termos

6 Thompson, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?”. In: *Tradicón, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Crítica, 1979, pp. 13-61. Artigo originalmente publicado em *Social History*, 3(2), 1978.

7 Idem, ibidem, p. 16. A primeira descrição é de Perkin, H. *The origins of modern English society, 1780-1800*, e a segunda de Marchand, A. “Colonial Brazil”. In: Livermore, X. (ed.). *Portugal and Brazil: an introduction*.

8 *Journal of Social History*, 7:382-405, 1974.

abstratos e generalizantes de pouca ajuda para a análise das especificidades históricas das relações entre senhores e escravos no Brasil.

Durante muitos anos, os estudiosos brasileiros investiram um enorme esforço para decidir se o processo colonizador português havia instalado aqui um modo de produção historicamente novo, ou não, discutindo quais os elementos fundamentais capazes de caracterizar a sociedade colonial. Apesar do volume de trabalhos produzidos, muitos de excelente qualidade, acabou-se construindo a imagem de um mundo governado pelos interesses senhoriais (fossem eles metropolitanos ou coloniais, capitalistas ou escravistas), no qual a dominação sobre a massa escrava era inexorável: um mundo em que a exploração atingia sua forma limite e a dominação era extremamente violenta. Opondo-se a uma visão anterior que enfatizava o caráter paternal e benevolente da escravidão no Brasil, os textos produzidos nos anos 1960-70 acabaram também por cristalizar uma certa leitura daquela sociedade. A ênfase na violência e nos interesses econômicos resultava em um modo de reconstrução da história que, embora sem o desejar, também privilegiava a ótica senhorial e resultava na exclusão dos escravos.⁹

Inspirados pelos desdobramentos teóricos e políticos das análises thompsonianas sobre o século XVIII inglês, alguns historiadores começaram a insistir na necessidade de incluir a experiência escrava na história da escravidão no Brasil. Não se trata apenas e simplesmente de passar a estudar o modo de vida dos escravos ou a visão escrava da escravidão. A “inclusão dos excluídos” vem acompanhada, necessariamente, de uma nova abordagem na análise da relação senhor-escravo. Ao tratarmos da escravidão e das relações entre senhores e escravos, tanto quanto ao tratarmos de qualquer outro tema histórico, lembramos, com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambigüidades. Assim, as relações entre senhores e escravos são fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração.¹⁰

9 Esta é, evidentemente, uma leitura da produção historiográfica brasileira sobre o tema. Para outra abordagem, em sentido oposto, vide, por exemplo, Costa, Emília Viotti da, “História, metáfora e memória: a revolta de escravos em 1823”, *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*, 9(1):7-20, jan.-jun. 1988.

10 Veja-se, por exemplo, Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (São Paulo, Companhia das Letras, 1990), e Lara, Sílvia Hunold. *Campos da violência. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988).

Uma *relação* de dominação e exploração que, de modo contraditório, unia horizontalmente e separava verticalmente homens e mulheres como senhores e escravos e que, através de suas práticas cotidianas, costumes, lutas, resistências, acomodações e solidariedades, de seus modos de ver, viver, pensar e agir, construíram isso que, no final das contas, chamamos de “escravidão”, de “escravismo”. Selecionar unicamente a vontade de um dos agentes ou privilegiar apenas necessidades e razões econômicas para a análise desta relação constituem procedimentos capazes de produzir somente uma versão (transformada em explicação) deste processo.

Os senhores, por exemplo, até poderiam considerar os escravos como “coisas”, seres destituídos de vontade própria, incapazes de atitudes políticas, que deveriam comportar-se como uma extensão da vontade senhorial, concebida como absoluta e universal. No entanto, eram homens e mulheres que eram comprados para serem dominados e expropriados pelos senhores: homens e mulheres que, como escravos, impunham limites à vontade senhorial, possuíam projetos e idéias próprios, pelos quais lutavam e conquistavam pequenas e grandes vitórias. Os senhores, evidentemente, não reconheciam estas conquistas; para eles tratavam-se de concessões, generosas e paternais concessões. Os escravos, no entanto, traduziam o paternalismo numa doutrina diferente da imaginada pelos senhores e as “concessões” senhoriais transformavam-se em conquistas obtidas arduamente que deviam ser mantidas como “direitos”.¹¹

A política de domínio senhorial operava, portanto, no interior de uma relação que não pode ser entendida sem o conceito de luta de classes. Através do paternalismo, os senhores tentavam superar a contradição da impossibilidade de os escravos tornarem-se *coisas*; ao definir o trabalho compulsório dos escravos como uma legítima retribuição à proteção e à direção senhoriais, concebiam a escravidão como uma relação permeada de “direitos” e “deveres”... recíprocos.

Assim, reencontramos aqui a noção de “reciprocidade”, tal como utilizada por Thompson em vários de seus textos. Ela também pode ser percebida em muitos trabalhos que discutem a relação senhor-escravo no Brasil.¹² O modo de nomear a questão,

11 Apoio-me, aqui, em grande parte nas páginas iniciais de Genovese, E. D. *Roll, Jordan, roll. The world the slaves made*. Nova York, Vintage Books, 1974. Uma bela análise do paternalismo e sua presença na política de domínio senhorial no século XIX brasileiro pode ser encontrada em Chalhoub, Sidney. *A história nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena*. Campinas, IFCH/Unicamp, 1991 (Primeira Versão, 33).

12 Creio que um dos primeiros trabalhos a analisar a relação senhor-escravo no Brasil a partir da noção thompsoniana de paternalismo, ainda que preferindo o termo “clientelismo”, foi o de Robert W. Slenes e Pedro Carvalho de Mello, “Paternalism and social control in a slave society: the coffee regions of Brazil, 1850-1888”. In: *IX Congresso Mundial de Sociologia*. Uppsala, agosto de 1978 (mimeo).

defini-la como uma relação “contratual” (ou não), fruto de “negociações” ou de lutas que podem ter maior ou menor conteúdo “classista”, varia de acordo com os vários autores.¹³ Nem sempre a referência a Thompson pode ser encontrada nas notas de rodapé, mas o volume de trabalhos que procura utilizar as proposições teóricas da “luta de classes sem classes” na análise da escravidão é cada vez mais amplo.

Alguns incautos, talvez mais afeitos às acirradas contendas entre militantes em busca da linha justa, foram logo achando que se estava voltando ao paternalismo de Gilberto Freyre.¹⁴ Ledo engano. Uma das obras que mais marcou a recente produção historiográfica sobre a escravidão brasileira foi *Roll, Jordan, roll* de Genovese. Esquecendo-se que esta obra foi muitas vezes considerada o equivalente americano para a *Formação da classe operária inglesa*,¹⁵ insistem em “denunciar” sua nefasta influência na reabilitação de valores senhoriais. Há no entanto uma enorme diferença entre o paternalismo freyreano e o de Genovese (ou de Thompson): a mesma diferença que existe entre uma análise classista e uma não-classista (para usar uma expressão de Ginzburg).

Na obra de Freyre o paternalismo é, sem dúvida alguma, um termo descritivo e impreciso, que oferece uma perspectiva de análise da sociedade “a partir de cima”, e

13 Embora sem referências a Thompson, um dos primeiros ensaios a realizar uma reflexão histórica sobre a noção “contratual” subjacente a certas concepções e práticas da escravidão brasileira foi Manuela Carneiro da Cunha, “Sobre a servidão voluntária: outro discurso. Escravidão e contrato no Brasil colonial”, *Dédalo*, 23:57-66, 1984. De modos e com sentidos diferentes, esta noção aparece também em outros estudos; vide por exemplo Naro, Nancy P. S. “Limites do comportamento aceitável e mecanismos de dominação social no meio rural brasileiro”, *Estudos Afro-Asiáticos*, 15:34-42 (jun. 1988); Reis, João José e Silva, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

14 Cf. Gorender, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo, Ática, 1990, pp. 12-8. Thompson, aliás, é objeto explícito da crítica de Gorender em diversas passagens do texto; a título de exemplo, vide o capítulo singelamente intitulado “Pecados do marxismo e miragens do antimarxismo”, pp. 97-112.

15 Evidentemente não ignoro que Genovese explicitou ter se inspirado em *O mundo que o português criou* para entitular seu livro *The world the slavesholders made* (1965), posteriormente transformado e reaproveitado para o subtítulo de *Roll, Jordan, roll* (1974). Apesar disto, e da aproximação entre esta obra de Genovese e *Casa grande e senzala* e *Sobrados e mocambos* de Gilberto Freyre expressa em algumas resenhas (como em Woodward, C. Vann, “Seeing Slavery Whole”, *The New York Review of Books*, 3 de outubro de 1974, pp. 19-21), o trabalho de Genovese é claramente uma análise marxista da escravidão norte-americana. Para a análise da proximidade teórica entre Thompson e Genovese vide Dawley, Alan. “E. P. Thompson and the Americans”, *Radical History Review*, 19:33-60 (1978/79); Johnson, Richard. “Edward Thompson, Eugene Genovese and Socialist-Humanist History”, *History Workshop Journal*, 6:79-100 (1979); e McClelland, K. “Some comments on Richard Johnson. ‘Edward Thompson, Eugene Genovese and Socialist-Humanist History’”, *History Workshop Journal*, 7:101-15 (1979).

implica noções idealizadas de calor humano e valorização das relações pessoais: a formação patriarcal do Brasil criou um sistema social plástico que, assentado na família, contemporizou tendências antagônicas e apoiou sua estabilidade na casa grande.¹⁶ Em Genovese, o paternalismo não está dissociado do conceito de hegemonia, que nada tem em comum com a noção de consenso, representando ao contrário sua antítese, pois implica a existência da luta de classes e não tem significado fora dela: constitui um modo de definir a contenda histórica da luta de classes em tempos de aparente aquiescência social.¹⁷ Na primeira versão, o escravo é chamado a “colaborar” no processo da “civilização” agrária e escravocrata nos trópicos; na segunda, ele usa os elementos disponíveis como arma de luta contra os senhores.¹⁸

Não nos apressemos, porém. Hoje o debate historiográfico e teórico sobre o tema da escravidão se faz no Brasil de modo mais claro, embora nem sempre de modo direto. Mas nem sempre foi assim. Sem dúvida alguma, a obra de Genovese se constituiu numa verdadeira “ponte” entre as reflexões thompsonianas e a história da escravidão no Brasil.¹⁹ É preciso observar, entretanto, que a aproximação entre Thompson e a historiografia sobre a escravidão é essencialmente teórica (e política) e não temática. Por isso mesmo, o debate demorou a aparecer por aqui.

Não podemos nos esquecer que até quase o início dos anos 80, Thompson era praticamente desconhecido no Brasil. Do antigo grupo de historiadores marxistas do

16 Cf. Freyre, Gilberto. *Casa grande e senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 19ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1978, passim.

17 Cf. Genovese, E. D. *Roll, Jordan, roll. The world the slaves made*, passim.

18 Por isso mesmo, mais interessante que associar o paternalismo de Genovese ao de Freyre teria sido lembrar as críticas de Gutman ao trabalho de Genovese, cobrando-lhe a pouca atenção dada ao movimento: “O modo de examinar o mundo que as pessoas fizeram é mostrar este mundo em formação. O principal problema conceitual em *Roll, Jordan, roll* é que ele ignora a formação de classe. Uma relação de classe estática é provada por centenas de páginas, algumas vezes de modo imaginativo e brilhante. Mas somos apresentados a um sistema escravista plenamente desenvolvido. As relações de classe e as ideologias são descritas apenas no período escravista tardio, nas décadas imediatamente anteriores à emancipação. O problema com tal abordagem é que, quando se congela um momento no tempo para examinar uma relação estrutural, não se pode negligenciar o processo pelo qual essa relação se formou e como se desenvolveu”. Cf. “Herbert Gutman”. In: Ablove, H. et alii (ed.). *Visions of history*. Nova York, Panthon Books, 1984, p. 209.

19 Sem dúvida alguma, a obra de Gutman, H. também é muito importante neste sentido, embora sua influência talvez tenha ficado mais restrita aos estudos sobre família e demografia escravas. Provavelmente este seja um dos motivos para o fato de que, até agora, o magnífico *The black family in slavery and freedom, 1750-1925* (Nova York, Pantheon Books, 1976) não tenha sido ainda traduzido.

Partido Comunista inglês dos anos 50, as universidades brasileiras, nos anos 70, por exemplo, conheciam bem Dobb, Hobsbawm e..., talvez, Hill.²⁰ Exceto por algumas referências esparsas a Thompson, feitas em geral pelos estudiosos da classe operária, o mesmo quadro se manteve no período imediatamente posterior, até quase meados da década de 80.

Contudo, se Thompson passou a ser um autor cada vez mais conhecido no Brasil nos últimos 10 anos, ainda podemos encontrar confusões que tendem a aproximar a noção thompsoniana de experiência das concepções que fundam a possibilidade de uma história do cotidiano, ou ouvir alguns críticos que insistem em desconsiderar as propostas thompsonianas sobre a relação entre teoria e empiria para simplesmente afirmar que “ficar contando casinhos não é fazer história”. Apesar disso, os campos teóricos me parecem bem marcados e a variedade de pesquisas que vem sendo realizada, sobre uma pauta temática cada vez mais ampla, indica o vigor dos estudos sobre a experiência escrava no Brasil. E, aqui, o termo experiência não é empregado por acaso.

A crítica àquilo que Sidney Chalhoub denominou “teoria do escravo-coisa”²¹ perpassa vários trabalhos publicados e pesquisas em andamento. A constatação de que o escravo, enquanto escravo e apesar da escravidão, não deixou de ser um sujeito histórico como outro qualquer, definido e definindo-se no bojo das relações sociais, parece ser algo inquestionável para vários pesquisadores hoje em dia. Esta assertiva, bastante simples e suficientemente demonstrada em diversas pesquisas, tem possibilitado uma certa renovação nos estudos sobre a experiência escrava no Brasil.

Cada vez mais, as visões escravas da escravidão e da liberdade, em confronto com as visões senhoriais e de outros grupos sociais, têm sido objeto de investigação e têm propiciado diferentes questionamentos sobre as interpretações e explicações históricas tradicionalmente aceitas a respeito do tema. A rediscussão dos significados do

20 Posso dar um testemunho pessoal a respeito. Fiz meu curso de graduação na USP entre 1974 e 1977: o entendimento da transição do feudalismo para o capitalismo passava pela leitura de Dobb e Sweezy e de outros autores que “comentavam” o debate; o “grande” texto de Hill, a ser necessariamente lido pelos estudantes de graduação, era o esquemático *A revolução inglesa de 1640*; o Genovese conhecido era aquele de *A economia política da escravidão*, lido como um seguidor das idéias de Eric Williams; prestávamos mais atenção às análises sistêmicas sobre a escravidão afro-americana na primeira parte de *O mundo que os senhores criaram* do que em suas palavras sobre hegemonia e luta de classes, em frases explícitas na “Introdução” e espalhadas por todo o livro. Em 1978, quando ingressei na pós-graduação, apenas uma cópia xerox da tradução espanhola de alguns artigos de Thompson (*Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*), circulava entre os alunos, e raríssimas menções em bibliografias de alguns cursos quebravam o silêncio...

21 Cf. Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade*, especialmente capítulo 1.

castigo físico dos escravos na política de domínio senhorial, a análise da importância das lutas escravas em torno da alforria e do reconhecimento do pecúlio no longo e tortuoso processo da emancipação, a existência da família e das linhagens escravas e sua importância na conformação dos conflitos entre senhores e escravos, as ligações frequentes entre quilombolas, comerciantes e escravos das fazendas – para citar apenas alguns desdobramentos temáticos – constituem bons exemplos.²²

Evidentemente, e contradizendo a alcunha historiográfica oferecida por Gorender, estes estudos não se limitam a alguns historiadores que trabalham na Unicamp. Também trata-se de um movimento historiográfico apenas brasileiro. Aliás, bem antes que estas perspectivas de trabalho se fizessem presentes na produção nacional, muitos historiadores norte-americanos, por exemplo, ao tratarem da escravidão e do período pós-emancipação no Sul dos Estados Unidos e no Caribe, compartilhavam este tipo de enfoque.²³ No Brasil, são muitos os trabalhos históricos que, hoje em dia, partem destas concepções para realizar estudos sobre as relações entre escravos e libertos no mundo escravista, sobre a experiência destes sujeitos históricos e a importância de suas lutas no processo da emancipação e da abolição.²⁴

22 Além dos trabalhos de Sidney Chalhoub, João José Reis e Eduardo Silva, já citados, vide também Slenes, Robert W., *The demography and economics of brazilian slavery, 1850-1888*, tese Ph.D., Universidade de Stanford, 1976; Eisenberg, Peter, *Homens esquecidos*. (Campinas, Ed. da Unicamp, 1989, que reúne diversos artigos escritos durante a década de 70); Dias, Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (São Paulo, Brasiliense, 1984); Azevedo, Célia Maria Marinho de, *Onda negra, medo branco* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987); Reis, João José, *Rebelião escrava no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1986); Machado, Maria Helena Pereira Toledo, *Escravos e cometas: movimentos sociais na década da abolição* (tese de doutorado, FFLCH-USP, 1991); Gomes, Flávio dos Santos, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX* (dissertação de mestrado, Unicamp, 1992).

23 O trabalho de E. D. Genovese, *Roll, Jordan, roll. The world the slaves made* (Nova York, Vintage Books, 1972), marcou uma certa inflexão nos paradigmas dos estudos sobre a escravidão no Sul dos Estados Unidos. Como exemplo das novas abordagens, vide, entre outros, Berlin, Ira, *Slaves without masters. The free negro in the antebellum south* (Nova York, Oxford University Press, 1981); Foner, Eric, *Nothing but freedom. Emancipation and its legacy* (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1983, traduzido pela Paz e Terra em 1988); Fields, Barbara J., *Slavery and freedom on the middle ground* (Londres, Yale University Press, 1985); Litwack, Leon, *Been in the storm so long. The aftermath of slavery* (Nova York, Random House, 1979); Rodney, Walter, *A history of the guyanese working people, 1881-1905* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1981); Scott, Rebecca J., *Slave emancipation in Cuba. The transition to free labor, 1860-1899* (Princeton, Princeton University Press, 1985, também traduzido pela Paz e Terra em 1991).

24 Além do livro de Sidney Chalhoub, indicado na nota 10, e dos estudos de Célia M. M. Azevedo

Estes estudos e outros, ainda em andamento, têm revelado novas dimensões das relações entre escravidão e liberdade nas últimas décadas da escravidão. Saldos positivos de uma reativação da pesquisa empírica sobre o tema, diretamente relacionada aos debates historiográficos, apresentam muitas vezes indícios que permitem problematizar as interpretações geralmente aceitas sobre a dinâmica das relações sociais no final do século XIX e início do XX. São justamente estes indícios, e as possibilidades entreabertas por eles, que nos permitem apontar algumas questões que julgamos importantes para futuros projetos de pesquisa.

As novas interpretações sobre a experiência da escravidão no Brasil têm, cada vez mais, revelado um grande desconhecimento da maior parte dos historiadores em relação à cultura africana. Uma parte significativa dos estudos sobre o século XIX brasileiro tende a desconsiderar que a população brasileira, neste período, era majoritariamente *negra*: dos 205.900 habitantes da cidade do Rio de Janeiro em 1849, por exemplo, quase 80.000 eram escravos, dos quais cerca de 60% eram africanos, e dos quase 11.000 libertos, cerca de 70% também tinham nascido em África;²⁵ dos 65.500 habitantes de Salvador em 1835, 42% eram escravos (63% dos quais africanos) e outros 22% eram livres ou libertos “de cor”.²⁶ Estes simples dados demográficos não são destituídos de significados sociais e políticos. As culturas africanas, predominantemente banto no centro-sul e nagô na Bahia, sem dúvida alguma, informaram as lutas de escravos e libertos *na* escravidão, *pela e na* liberdade; constituíram o “outro” em muitas estratégias políticas dos senhores, dentro e fora do Parlamento. Se hoje temos novas análises sobre a relação senhor-escravo, precisamos, por exemplo, redimensionar os estudos sobre o “lugar” das culturas africanas no Brasil.²⁷ Este é um

e Maria Helena P. T. Machado, citados na nota 22, vide, entre outros, Lamounier, Maria Lúcia, *Da escravidão ao trabalho livre* (Campinas, Papyrus, 1988); Penna, Eduardo S., *O jogo da face. A astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba Provincial* (Curitiba, dissertação de mestrado, UFPr, 1990); Graham, Sandra L., *Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910* (São Paulo, Companhia das Letras, 1992).

25 Cf. Karasch, Mary C. *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, Princeton University Press, 1987, p. 66.

26 Cf. Reis, João José. *Rebelião escrava no Brasil*, p. 16.

27 Tal perspectiva, já presente em obras como as de M. Karasch e João J. Reis, citadas nas notas anteriores, vem sendo aprofundada em pesquisas recentes, como se pode observar através dos instigantes artigos de Slenes, Robert. W. “*Malungu, ngoma vem!*”: África coberta e descoberta no Brasil”, *Revista USP*, 12:48-67 (dez.-jan.-fev. 1991-92), e de Reis, João J. “A greve negra de 1857 na Bahia”, *Revista USP*, 18:6-29 (jun.-jul.-ago. 1993).

tema que está diretamente ligado a outro, extremamente candente do ponto de vista teórico e político: o do racismo.

Os estudos sobre este tema estão em geral associados a uma determinada leitura da escravidão e de suas “heranças” para os negros no Brasil. Novas interpretações sobre a escravidão, assentadas essencialmente no terreno da luta de classes, devem levar, pois, a novas perspectivas de análise do racismo. Afinal, Thompson nunca se cansou de insistir que devemos sempre nos ocupar com a polarização dos interesses antagônicos em uma sociedade e sua correspondente dialética na cultura: com certeza, sob esta inspiração, o racismo deixará de ser considerado apenas como uma ideologia imposta de cima para baixo, “justificadora” ou “motivadora” da marginalização dos negros no Brasil, para ser pensado em seus diversos significados e analisado em termos de conflitos sociais e embates culturais.

O redimensionamento das análises sobre as relações entre trabalhadores livres e escravos, durante o período de vigência da escravidão,²⁸ aponta para novas dimensões da experiência escrava no período anterior à abolição que, sem dúvida alguma, marcaram a vida dos libertos e dos ex-escravos. Se há alguns anos era praticamente consensual a afirmação da impossibilidade de resgatar a experiência dos egressos da escravidão, pesquisas recentes têm justamente demonstrado o contrário. Rastreamento de fontes diversas já é possível, hoje em dia, acompanhar por algumas décadas as histórias de vida de alguns libertos e verificar quanto os laços de solidariedade (entre companheiros de um mesmo plantel, laços familiares e de linhagens, entre outros), bem como práticas econômicas e sociais, construídas no período do cativeiro, são revividos e preservados na liberdade.²⁹

Assim, a análise mais acurada das tensões do período final da escravidão e dos entrelaçamentos entre trabalho escravo e livre, assalariado ou não, vem se somando ao redimensionamento dos estudos sobre a resistência escrava e o significado da liberdade para os cativos.³⁰ A produção recente sobre escravidão e abolição, ao revelar novas

28 Deixo de lado, propositalmente, o debate sobre as relações entre “intendured servants” e escravos de origem africana nas áreas de colonização inglesa e aquele sobre a escravidão de indígenas e de africanos no Brasil. Longe de reiterar a freqüente associação entre os negros e a escravidão, já problematizada por mim em outro lugar (“Trabalhadores Escravos”, *Trabalhadores*, 1:4-19, 1989), refiro-me aqui apenas à experiência negra porque este é o recorte escolhido para esta palestra.

29 Exemplar, neste sentido, é o trabalho de pesquisa de Freire, Regina Célia Xavier, *Histórias e vidas de libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas, Unicamp, dissertação de mestrado, 1993, que consegue acompanhar indivíduos negros, ex-escravos, por mais de 30 anos – entre as décadas finais do XIX e primeiras do XX – em Campinas.

dimensões da experiência escrava, tem problematizado os paradigmas explicativos para o processo da abolição e para a caracterização da experiência negra no período pós-emancipação.

Revisitando fontes já abordadas anteriormente ou investigando séries documentais que ainda não haviam sido utilizadas, alguns destes estudos voltam-se também para tentar entender como as explicações tradicionalmente aceitas pelos historiadores foram construídas. É o caso, por exemplo, de *Onda negra, medo branco*: baseando-se em uma análise das várias tendências emancipacionistas, abolicionistas e imigrantistas em luta na segunda metade do século XIX e do impacto da “onda negra” no debate abolicionista-emancipacionista, Célia Azevedo afirma que a produção acadêmica dos anos 60, sobre o tema, acabou dando foro científico (e transformando em explicação histórica) uma das tendências em jogo naquele período.³¹

Entretanto, a oposição irreconciliável entre escravidão e liberdade, por exemplo, aparece ainda como um postulado quase sempre inquestionado. O final do século XIX é caracterizado frequentemente como o período da substituição do escravo (negro) pelo trabalho livre (branco e imigrante), o chamado “período da transição”, da formação do “mercado de trabalho livre” no Brasil. A maior parte dos textos referentes a este tema costuma datar o início da análise a partir do final do século XIX ou mesmo a partir das primeiras décadas do século XX, identificando a história social do trabalho com a história do trabalho livre, assalariado (para não dizer com a história do movimento operário). Em geral, as últimas décadas do século XIX constituem-se, assim, em capítulos finais das obras sobre escravidão (quando não são tematizadas em si mesmas, em obras específicas sobre a abolição – entendida ela mesma como um último capítulo da escravidão), ou em capítulos introdutórios sobre a história dos trabalhadores em geral ou dos operários em particular: entre os capítulos conclusivos e os introdutórios, entre estes dois conjuntos de obras (sobre a escravidão e sobre o trabalho no Brasil) há um hiato, quase um abismo.

A história dos trabalhadores (a história social do trabalho) no Brasil continua, ainda, assentada num ocultamento imenso ou, no mínimo, na construção de uma ruptura radical. Há, portanto, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo – milhares de trabalhadores, que viveram e lutaram durante séculos, desaparecem do cenário histórico num piscar de olhos.

30 Cf. especialmente, Chalhoub, Sidney, *Visões da liberdade*, e Machado, Maria Helena P. T., *Escravos e cometas: movimentos sociais na década da abolição*.

31 Vide Azevedo, Célia Maria Marinho de, *Onda negra, medo branco*, pp. 21-31, e também Bresciani, Maria Stella Martins, “A lenda da abolição”, *Anais do Museu Paulista*, XXIX:193-20 0, 1979.

A abundante historiografia sobre a “transição”, apesar de sua diversidade, efetua um procedimento comum: pretende estabelecer uma teoria explicativa para a “passagem” do mundo da escravidão (aquele no qual o trabalho foi realizado por seres coisificados, destituídos de tradições pelo mecanismo do tráfico, seres aniquilados pela compulsão violenta da escravidão para os quais só resta a fuga ou a morte) ao universo do trabalho livre, assalariado (no qual, finalmente, podemos encontrar sujeitos históricos). Na sua vertente mais tradicional, a historiografia da transição postula a tese da “substituição” do escravo pelo trabalhador livre; e o negro escravo desaparece da história substituído pelo imigrante europeu. Imbuídos do espírito de Rui Barbosa, os historiadores apagam da história social do trabalho no Brasil a “nódoa” da escravidão. Assim, se o escravo não pertence ao universo dos trabalhadores, também o ex-escravo é excluído. Esta ruptura essencial da história no Brasil, de tão reiterada, já nos parece bem natural.

Pois precisamos avançar contra esta “naturalidade” e ousar fazer novas perguntas. Se a inspiração thompsoniana foi capaz de redimensionar a análise de parte da experiência negra no Brasil, há ainda muito a ser feito. Afinal, esta experiência não se encerra no século XIX, com a abolição. O que queremos enfatizar por ora é que estas pesquisas e seus argumentos revelam outras possibilidades de abordagem da história social dos trabalhadores no final do século XIX e início do XX.

Thompson pode nos ajudar a ouvir melhor as palavras de Du Bois ao concluir *The black reconstruction*. Em 1934, ele insistia em afirmar que a escravidão africana, “a deportação de dez milhões de seres humanos da beleza morena de sua terra natal para o recém-descoberto Eldorado do Oeste”, fazia parte da história do movimento operário norte-americano.³² E a história da escravidão no Brasil? Precisamos aprender a pensá-la como parte da história social do trabalho e incluir as lutas pela liberdade como parte integrante dos chamados movimentos sociais deste país. Foi inspirado pela proposta thompsoniana que Linebaugh pôde formular sua tese sobre os “bumerangues atlânticos” que ligam as experiências anti-escravistas afro-americanas à formação da classe operária inglesa e, a partir daí, até mesmo criticar os silêncios do próprio Thompson. Podemos aprender a lição ao pensarmos na história dos trabalhadores no Brasil.

Esta não é apenas uma questão cronológica ou de searas temáticas entre historiadores; é um problema essencialmente político. Ao invés de tentarmos descobrir se os escravos agiam ou não segundo leis específicas de um bem estruturado conceito de modo de produção, podemos aprender a ouvir os escravos, fugitivos e libertos: suas

32 Du Bois, Web. *The black reconstruction in America, 1860-1880*. Nova York, Atheneum, 1969, p. 727.

histórias mostram como seres humanos submetidos à escravidão tinham outros valores e projetos – diferentes daqueles de seus senhores – e lutaram por eles enquanto escravos. Construíram alternativas de vida, lutaram de diversas formas e conquistaram “direitos”, transformando as próprias relações de dominação a que estavam submetidos. Dar voz para estes homens e mulheres afirmarem suas concepções a respeito destas palavras para podermos aprender com eles que liberdade não significa vender livremente sua força de trabalho, mas sim ter o direito de ir e vir, ter acesso à terra, manter linhagens e laços de solidariedade arduamente construídos: a luta pela liberdade empreendida por eles pode ter sido derrotada pelos abolicionistas imigrantistas e golpeada definitivamente pela República, mas quem dirá que ela não renasce a cada dia, no movimento negro ou nas lutas pela reforma agrária?

Que outras dimensões da experiência negra não podem ser resgatadas se nos dispusermos a questionar respostas que nos pareçam “naturais”? Novas abordagens para o estudo das relações raciais, étnicas e de classe permitirão, sem dúvida, redimensionar as interpretações tradicionalmente aceitas pelos historiadores, propondo novas questões, problematizando paradigmas explicativos e levando a investigação a novas fontes ou mesmo à releitura de fontes já utilizadas anteriormente.

De modo nem sempre explícito e com certeza sem planejamento e sem qualquer linearidade, Thompson esteve ligado a este processo: sem nem mesmo saber disso, soprou bons ventos sobre a historiografia da experiência negra no Brasil. Por sua causa, muitas perguntas, algumas já antigas, puderam ensaiar outras respostas. Através da inspiração criadora oferecida pelo seu trabalho, fortemente ancorado na investigação histórica e na reflexão teórica, algumas outras e novas perguntas só agora podem ser feitas. E as respostas? Para cada uma delas, só podemos dizer, repetindo a canção, que a resposta, “my friend, is blowing in the wind”...